

# *Ecoss e Rostos da Implantação da República na Póvoa de Lanhoso*

Galeria de Exposições do Theatro Club  
Póvoa de Lanhoso





FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**ECOS E ROSTOS DA 1.ª REPÚBLICA NA PÓVOA DE LANHOSO**

ORGANIZAÇÃO (PESQUISA, TEXTOS E RECOLHA DE IMAGENS)

**JOSÉ ABÍLIO COELHO**

REVISÃO E CONFIRMAÇÃO

**MARIANA SÁ PEREIRA**

EDIÇÃO

**CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO**

**DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO**



CÂMARA MUNICIPAL  
PÓVOA DE LANHOSO







Sob o título «A República em Portugal», o artigo que ocupava quatro das cinco colunas de toda a segunda página, começava por dizer: «Até que enfim que se sabe positivo que as tropas e o povo implantaram a República em Portugal».

Adiantava depois o hebdomadário que Lisboa estava já em poder dos revoltosos, descrevendo os movimentos que levaram à vitória do golpe, o papel do povo, dos militares e da armada no sucesso. Relatava alguns episódios, como o incêndio de que o edifício dos Jesuítas na capital fora vítima e um outro que, dado o forte tiroteio, se incendiaria na Avenida da Liberdade, ardendo por completo dado aos bombeiros não ser possível actuar; anunciava que «El-Rei

D. Manuel e toda a família real embarcaram num Iate, não se sabendo ainda qual a via marítima que seguiram»; e que havia mortos, vinte e quatro dos quais estavam ainda por identificar.

Por fim, falava da proclamação a partir das varandas dos Paços do Concelho de Lisboa, e dava já o nome dos membros do governo provisório, à frente do qual se encontrava o Doutor Teófilo Braga, um velho professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Para o distrito de Braga, anunciava ainda o semanário, fora nomeado governador civil o Dr. Manuel Monteiro, adiantando que o primeiro administrador seria o Dr. Adriano Martins, dada a incompatibilidade para exercer o cargo em acumulação com o de médico municipal do

Dr. Abílio Areias, a primeira escolha do governador civil.

A reportagem encerra com duas breves novas: na primeira, lê-se que «ontem à tarde [dia 8 de Outubro] também foi içada por um popular na Câmara Municipal deste concelho [da Póvoa de Lanhoso] a bandeira da República». Na segunda, a afirmação óbvia de que, «todo o país agora é republicano».

A posse de Adriano Vieira Martins teve lugar no dia 11 de Outubro. A cerimónia ocorreu no edifício dos Paços do Concelho «em presença de muitos cavaleiros desta vila», notando-se, contudo, «pouco entusiasmo do povo». Usaram da palavra, para enaltecer as virtudes do novo administrador, o seu amigo, velho republicano e escritor



# Antes da República

ANTES DO DIA 5 DE OUTUBRO DE 1910, OS IDEAIS REPUBLICANOS TIVERAM POUCA ACEITAÇÃO NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO. PARA ALÉM DE UMA MEIA DÚZIA DE ESTUDANTES OU EX-ESTUDANTES, QUE FUNDARAM JORNAIS DE DURAÇÃO EFÉMERA E NELES PUBLICARAM TEXTOS A CONDENAR OS COMPORTAMENTOS DA REAL FAMÍLIA DE BRAGANÇA E A DEFENDER A MUDANÇA PARA A REPÚBLICA, A MAIORIA DA POPULAÇÃO VIVIA AFASTADA DAS QUESTÕES POLÍTICAS.



No ano de 1901, instala-se na Póvoa de Lanhoso um jovem tipógrafo bracarense, João Carvalho. Vem trabalhar nas oficinas do semanário «Maria da Fonte», que pertenceu a um grupo de simpatizantes do Partido Progressista.

Simpatizante da esquerda e republicano convicto, viria, anos mais tarde, quando conseguiu adquirir a propriedade do hebdomadário, a ser um dos principais defensores da República. O regicídio, em 1908, foi sentido na Póvoa de Lanhoso como um golpe nas esperanças do país. Apesar de opositores entre si, Progressistas e Regeneradores choraram a morte de D. Carlos. As crónicas políticas que surgiam nos jornais da terra,

apoiavam ou criticavam os governos de cada um dos Partidos, os administradores concelhios nomeados em função do grupo que em Lisboa estivesse no poder. Mas a figura do Rei era respeitada.

É sintomático, aliás, que em 1908, tenha sido António Ferreira Lopes, indubitavelmente a figura dominante na terra, a pagar do seu bolso, fazendo disso publicidade nos jornais, retratos emoldurados do Rei D. Manuel II, destinados às salas de aulas, masculina e feminina, das escolas do ensino básico da Vila.

O poder político nesta primeira década do século XX, era desempenhado por administradores concelhios e vereadores do Partido que estivesse no poder

em Lisboa, transformados em verdadeiros caciques locais.

Comerciantes, funcionários do Reino, padres, capitalistas e grandes proprietários agrícolas eram, em geral, os homens escolhidos ou nomeados para exercerem o poder local.

No dia 4 de Outubro de 1910, quando a Revolução estalou em Lisboa, era presidente da Câmara o comerciante Álvaro Ferreira Guimarães e administrador do concelho o Padre Júlio Ferreira Sampaio, pároco de S. Gens de Calvos.



Era tempo de pobreza generalizada e o «povo do campo», que constituía a esmagadora maioria dos cerca de 17.000 habitantes do concelho, estava mais preocupado com as condições climáticas que lhes permitiriam ter melhores ou piores colheitas pelo S. Miguel, que com as questões da governação do país. A disputa política no nosso concelho, que existia, assumida por uma minoria composta por alguns grandes proprietários agrícolas e por boa parte da classe letrada — funcionários públicos, clérigos e profissionais liberais — ocorria, e era brava, entre apoiantes dos dois maiores partidos monárquicos: o Partido Regenerador e o Partido Progressista.

De entre os povoenses que, publicamente, defendiam, já na década de 1890, os ideais republicanos, destacavam-se José da Paixão Bastos, Albino de Carvalho Bastos e Gonçalo António Ferreira Sampaio, os quais, em jornais da terra ou noutros sedeados em Braga, publicavam aguerridos textos contra a Monarquia e em defesa da mudança para um regime republicano. Na primeira década do século XX Albino Bastos e Gonçalo Sampaio deixaram definitivamente a terra. O primeiro, preparava a sua partida para o Rio de Janeiro, onde viria a terminar o curso de Direito e a transformar-se num respeitável advogado.

Gonçalo Sampaio partia para Coimbra, primeiro, e depois para o Porto, onde daria início à sua carreira académica como botânico e onde acabaria por mudar radicalmente o seu posicionamento político, tornando-se um ferrenho defensor da Monarquia, primeiro como apoiante incondicional de João Franco e, mais tarde, em 1919, tornando-se um dos protagonistas de episódios durante a «Monarquia do Norte» que o levaram a ser perseguido e preso. Na Póvoa de Lanhoso, na viragem do século XIX para o século XX, a defesa do republicanismo arrefeceu. Só Paixão Bastos continuou a sua luta, o que lhe granjeou inimizades e isolamento social e profissional.



# Ecos do 5 de Outubro

NA MANHÃ DO DIA 5 DE OUTUBRO DE 1910, A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA FOI PROCLAMADA EM LISBOA E «COMUNICADA POR TELÉGRAFO AO RESTO DO PAÍS». MAS O TELÉGRAFO NÃO FUNCIONOU COMO JOSÉ RELVAS ESPERAVA E, NA PÓVOA DE LANHOSO, A NOTÍCIA DA MUDANÇA SÓ TEVE VERDADEIRO ECO NO DIA 9 DE OUTUBRO, ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL «MARIA DA FONTE» QUE, APÓS UMA BREVE CHAMADA DO ASSUNTO À PRIMEIRA PÁGINA, DÁ DESTAQUE AO TEMA NAS PÁGINAS INTERIORES.



povoense José da Paixão Bastos, e, numa espécie de passagem de testemunho, o ex-administrador, o último da Monarquia, Padre Júlio Ferreira Sampaio, que, num discurso honroso, declarou: «Ao despontar a aurora do novo regime, felicito-me e felicito os povos deste concelho pela acertada nomeação que acaba de fazer o governo provisório da República Portuguesa (...), porque, tão nosso, como é, todos nós sobejamente o conhecemos e, pelas raras qualidades que exortam o carácter de V. Exa., como ainda pelas tradições gloriosas de família que não desmentirá, tudo nos garante que há-de fazer uma honesta e digna administração (...) Neste momento histórico é preciso frisar bem que se ontem combatia com

lealdade ao lado da monarquia, que baqueou, hoje, em face do novo regime, diante do qual me curvo respeitosamente, se ele procurar a integridade e bem-estar da pátria e não hostilizar a religião de que sou ministro, não ponho dúvida em excluir: bem-vindo seja esse regime, viva a República Portuguesa!» Finda a posse do administrador e os discursos, e enquanto no exterior do edifício a Banda dos Bombeiros Voluntários tocava «A Portuguesa», foram nomeados os membros da comissão municipal, hasteada no edifício da Câmara a bandeira vermelha e verde e, pelo Dr. Adriano Martins, proclamada a República. Integravam a primeira comissão municipal republicana, para além do próprio administrador

do concelho, os senhores Álvaro Ferreira Guimarães, Inácio Peixoto de Oliveira e Castro, Emílio Geraldo Alves Vieira Lisboa, Alberto Carlos Vieira Alves, Júlio Celestino da Silva e João Alberto de Faria Tinoco. Da câmara anterior, transitavam para este novo órgão o ex-presidente Álvaro Ferreira Guimarães e o ex-vereador João Alberto de Faria Tinoco. Neste mesmo dia, reunidos em sessão, os seus pares na vereação elegeram o Dr. Adriano Martins para Presidente da Câmara, que passou, assim, a acumular os dois cargos mais importantes da administração local. Na mesma sessão, o comerciante Júlio Celestino da Silva foi eleito vice-presidente da Câmara e vice-administrador do Concelho.

# 1910



PROCLAMADA A REPÚBLICA POR **ADRIANO VIEIRA MARTINS**, NOMEADO COMO ADMINISTRADOR DO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO, ESTE VAI SER ESCOLHIDO PARA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PELOS MEMBROS DA PRIMEIRA COMISSÃO MUNICIPAL REPUBLICANA, TRANSITANDO DA CÂMARA MUNICIPAL ANTERIOR O EX-PRESIDENTE ÁLVARO FERREIRA GUIMARÃES E O EX-VEREADOR JOÃO ALBERTO DE FARIA TINOCO.



## Adriano Martins

Nascido na freguesia de Fontarcada do Concelho da Póvoa de Lanhoso em 1875, Adriano Vieira Martins fez a instrução primária na vila. Em Braga, concluiu os «preparatórios», seguindo depois para Coimbra, em cuja Universidade se formou em Medicina.

Concluída a licenciatura, em 1903, regressou à terra natal, onde exerceu a sua profissão. Foi o primeiro Administrador do Concelho da Póvoa de Lanhoso após a implantação da República.



# 1914



EM 02 DE JANEIRO DE 1914, TOMOU POSSE COMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL O PROPRIETÁRIO JOÃO JOSÉ SIMÕES VELOSO DE ALMEIDA, ELEITO PARA O CARGO EM NOVOBRO DO ANO ANTERIOR.

**JOÃO JOSÉ SIMÕES VELOSO DE ALMEIDA OCUPOU O CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA ATÉ 1918.**



## João Almeida

João José Simões Veloso de Almeida – Natural de S. Mamede de Gondariz, Concelho de Terras de Bouro, filho de António Vicente Simões e de D. Maria Rosa Velloso de Almeida, viria a casar-se com D. Rita Joaquina de Almeida, proprietária da Casa do Ribeiro. O casal teve vários filhos, alguns dos quais iriam ter papel de relevo durante a 1.ª República. João José Simões Veloso de Almeida foi Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso entre 1914 (eleito nas primeiras eleições autárquicas após a implantação) e 1918.

# 1918



A 02 DE JANEIRO DE 1918, REGRESSA À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA O MÉDICO ADRIANO VIEIRA MARTINS, CHEFE DO PARTIDO DEMOCRÁTICO DE AFONSO COSTA.

NO DIA 26 DE JANEIRO DESTE MESMO ANO, É SUBSTITUÍDO PELO FARMACÊUTICO MANUEL INÁCIO DE MATOS VIEIRA.

A CÂMARA PRESIDIDA POR MATOS VIEIRA, NOMEADA NO DECURSO DO CURTO MANDATO DE UM ANO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SIDÓNIO PAIS, É TOTALMENTE COMPOSTA POR SIMPATIZANTES DA MONARQUIA.



## Manuel Vieira

Manuel Inácio de Matos Vieira – Natural da freguesia de Verim, onde nasceu na Casa da Pedreira, formou-se em Farmácia no Porto. Regressado à Póvoa de Lanhoso, adquiriu uma farmácia já existente, mudando-lhe o nome para «Farmácia Matos Vieira», que fez crescer e dirigiu até à morte. Simpatizante da monarquia, foi Presidente da Câmara entre 26 de Janeiro e 16 de Setembro de 1918, tendo feito a transição do Sidonismo para o período intitulado «Monarquia do Norte».



1918  
1919



APÓS O ASSASSINATO DO PRESIDENTE SIDÓNIO PAIS, A 14 DE DEZEMBRO DE 1918, OS MONÁRQUICOS APROVEITARAM A SITUAÇÃO DE INSTABILIDADE VIVIDA NO PAÍS PARA REDOBRAR AS SUAS ACÇÕES NO SENTIDO DE RESTAURAR O REGIME DERRUBADO A 5 DE OUTUBRO DE 1910. A 19 DE JANEIRO DE 1919, A JUNTA DO NORTE PROCLAMOU, NO PORTO, A RESTAURAÇÃO DA MONARQUIA, ANUNCIANDO A CONSTITUIÇÃO DE UMA JUNTA GOVERNATIVA LIDERADA POR HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO. A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA PASSA, DURANTE ESTE PERÍODO, A SER DESEMPENHADA POR **ALBERTO CARLOS VIEIRA**, PROPRIETÁRIO EM ÁGUAS SANTAS E SIMPATIZANTE DA MONARQUIA.



## Alberto Vieira

Manuel Inácio de Matos Vieira – Natural da freguesia de Verim, onde nasceu na Casa da Pedreira, formou-se em Farmácia no Porto. Regressado à Póvoa de Lanhoso, adquiriu uma farmácia já existente, mudando-lhe o nome para «Farmácia Matos Vieira», que fez crescer e dirigiu até à morte. Simpatizante da monarquia, foi Presidente da Câmara entre 26 de Janeiro e 16 de Setembro de 1918, tendo feito a transição do Sidonismo para o período intitulado «Monarquia do Norte».

# 1919



A PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DO NORTE GEROU CONTUDO FOCOS DE RESISTÊNCIA AO PODER REPUBLICANO EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS. NO NORTE, OS REPUBLICANOS FORAM PERSEGUIDOS E PRESOS. TAMBÉM NA PÓVOA DE LANHOSO HOUVE PERSEGUIÇÕES, MAS GRANDE PARTE DA ELITE POVOENSE RECUSOU-SE A ACEITAR A REPOSIÇÃO DA MONARQUIA. O LÍDER LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO, DR. ADRIANO MARTINS, TEVE DE SE ESCONDER PARA NÃO SER DETIDO. A REVOLTA CAIU A 13 DE FEVEREIRO, COM A ENTRADA NO PORTO DAS TROPAS FIÉIS À REPÚBLICA. NA SEQUÊNCIA DO FRACASSO DO GOLPE LIDERADO POR PAIVA COUCEIRO, ORGANIZARAM-SE NA PÓVOA DE LANHOSO MANIFESTAÇÕES EM FAVOR DA REPÚBLICA, TENDO OCORRIDO UMA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA ONDE FORAM REINSTALADOS OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, SOB A PRESIDÊNCIA DO **DR. ADRIANO CARLOS SIMÕES VELOSO DE ALMEIDA.**

## Dr. Adriano Almeida

Nasceu na Casa do Ribeiro em São João de Rei, em 13 de Novembro de 1879, tendo falecido em Braga no dia 17 de Outubro de 1938. Licenciado em Direito, foi Professor, Advogado e Conservador do Registo Civil e Predial. Foi empossado presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso na sequência do fracasso da «Monarquia do Norte».

### UM BUSTO COM HISTÓRIA

O BUSTO DA REPÚBLICA FOI UM ÍCONE ADOPTADO EM PORTUGAL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO. A PÓVOA DE LANHOSO TEVE TAMBÉM, À IMAGEM DAQUILO QUE ACONTECEU EM TODOS OS MUNICÍPIOS NACIONAIS, UM BUSTO DA REPÚBLICA LOGO DEPOIS DE 1910, ATÉ POR SER OBRIGATÓRIA A EXISTÊNCIA DE UMA REPRODUÇÃO EM TODOS OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS, A PAR DA BANDEIRA NACIONAL VERDE-RUBRA E DE UM RETRATO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.





A 12 DE AGOSTO DE 1919, É EMPOSSADO **PRESIDENTE DA CÂMARA DELFIM JOSÉ RODRIGUES**, QUE OCUPA O CARGO ATÉ JANEIRO DE 1926. TRATA-SE DE UM TEMPO CONTURBADO, EM QUE A REPÚBLICA SE IA CONVERTENDO, AOS POUCOS, EM MOTIVO DE DESILUSÃO.



# Delfim Rodrigues

Natural de Gerás do Minho, era proprietário da Quinta de Infesta, na mesma freguesia. Foi Presidente da Câmara Municipal entre 1919 e 1926 depois de ter sido vereador nos executivos empossados em 1916, 1917 e 1918.

Mas esse primeiro busto foi furiosamente despedaçado aquando da tentativa de reposição da Monarquia em Portugal, em Janeiro/Fevereiro de 1919, no episódio que ficou conhecido como a «Monarquia do Norte» e que, ao longo de mais de um mês, colocou quase toda a região norte sob a alçada de uma Junta Monárquica.

Derrotado o movimento, voltaram a acender-se as manifestações em favor da República. Os monárquicos que participaram activamente no «golpe» foram perseguidos — antes tinham-no sido os republicanos... — e organizaram-se ceri-

mónias de júbilo pela reposição do sistema político saído da revolução de 5 de Outubro de 1910. A Póvoa de Lanhoso não ficou de fora dessas manifestações. Numa dessas cerimónias, foi inaugurado um novo busto da República, aquele que a fotografia ao lado nos apresenta, o qual veio substituir o que fora despedaçado poucas semanas antes. Esta nova peça foi oferecida ao município pela viúva do ex-vice-administrador Júlio Celestino da Silva, D. Virgínia das Dores Simões Veloso de Almeida, e descerrado pelo seu filho António Celestino, à época com dois anos de idade.



## Cyrilo Cruz

Nasceu na freguesia de São Martinho de Campo (Póvoa de Lanhoso), em 1871, filho de Manuel Ferreira, natural de Santo Emilião, e de Ana Maria Gonçalves, de Campo. Sobrinho de Domingos Gonçalves da Cruz, que se havia instalado na Vila da Póvoa com um estabelecimento que começou por ser uma sapataria e que, com o passar das décadas, viria a transformar-se na maior casa comercial do concelho, dada a evolução nas vendas de produtos destinados à agricultura que iam das redes aos pregos, aos arames, às sacholas e albiões, acabou por se tornar seu herdeiro, substituindo-o à frente da grande casa comercial que, sob sua orientação, se tornaria ainda maior e viria a ter o seu nome: «Casa Cyrilo». Em 25 de Junho de 1898 casou com Amélia da Natividade de Carvalho Bastos, filha do comerciante local António de Carvalho Bastos, da qual viria a divorciar-se por sentença de 13 de Dezembro de 1911, naquele que foi o primeiro divórcio ocorrido na Póvoa de Lanhoso.

Foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal ainda em tempos da Monarquia, continuando depois da implantação da República a desempenhar cargos políticos.

Foi Presidente da Câmara em 1926, voltando a ser vice-presidente em 1937, cargo que exercia quando faleceu com uma crise de diabetes em 2 de Abril desse ano.



# 1926

NO DIA 28 DE MAIO DE 1926, E FACE AO DESCONTENTAMENTO GENERALIZADO QUE SE VIVIA EM TODO O PAÍS, REBENTA EM BRAGA UMA REVOLTA, QUE, COMANDADA POR GOMES DA COSTA, HERÓI DA GUERRA MUNDIAL, SEGUE MARCHA TRIUNFANTE ATÉ LISBOA, FAZENDO CAIR DE VEZ O JÁ APODRECIDO EDIFÍCIO DA REPÚBLICA. É ENTÃO IMPOSTA UMA DITADURA MILITAR QUE NÃO SOFRE GRANDE CONTESTAÇÃO.

Na Póvoa de Lanhoso, também se vai escrevendo que a mudança era necessária. Mas, se em Lisboa ocorreram mudanças, como, por exemplo, a imposição de uma severa censura à imprensa, na nossa terra pouca coisa mudou. As elites eram as mesmas e os líderes continuavam a sair do mesmo grupo dominante. Vários desses líderes, que haviam sido monárquicos até 1910 e republicanos e democratas entre 1910 e 1926, assumiam agora simpatia pela ditadura militar. Eram poucos os democráticos que continuavam a resistir.

Em Agosto de 1926, seria empossado no cargo de **PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO ANTUNES DE OLIVEIRA GUIMARÃES**, proprietário da «Villa Beatriz», de Santo Emilião.

AA 22 de Dezembro desse mesmo ano, morre em Lisboa António Ferreira Lopes, que, no seu testamento, lega parte da sua enorme fortuna à Póvoa de Lanhoso.

À Câmara deixa trezentos contos destinados à construção de um novo edifício dos Paços do Concelho. Francisco de Oliveira Guimarães, amigo de António Lopes e, como este, um rico ex-emigrante no Brasil, integra o grupo dos seus testamentários. Problemas jurídicos irão, contudo, atrasar durante vários anos a entrega da herança.

Poucos meses depois de ser empossado, Francisco Antunes de Oliveira Guimarães é substituído na presidência pelo comerciante **CYRILLO FERREIRA GONÇALVES DA CRUZ**, até então vereador.

## Francisco Guimarães



Nasceu em Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), no seio de uma família de medianos proprietários agrícolas. Concluída a instrução primária, e a exemplo do que acontecia então com milhares de outros jovens portugueses, partiu para o Brasil, com seu irmão Adolfo, onde se afirmou numa vida comercial de sucesso. Aos 18 anos, em parceria com seu irmão, abriu uma casa de lotarias a que chamou “A Esquina da Sorte”. Anos depois, o irmão regressou já suficientemente remediado a Portugal, mas Francisco Guimarães escolheu ficar, transformando a casa de jogos numa casa bancária. Nos finais do século XIX voltou à terra natal, onde casou com D. Beatriz Freitas. Para ela co-

meçou a construir a belíssima Casa da Villa Beatriz (Santo Emilião), mas ficou viúvo antes «do castelo» ter ficado concluído, em 1904. Embora residindo a maior parte do ano em Portugal, Francisco Guimarães manteve os negócios no Brasil. Viúvo, Francisco Guimarães voltaria a casar-se, desta vez com uma senhora da freguesia de S. Martinho de Campo, D. Rosa de Macedo. Teve vários filhos deste segundo casamento, tendo-se destacado, por terem emigrado e dado continuidade à casa bancária do pai no Rio de Janeiro, os irmãos David e Francisco Guimarães. Esta casa bancária seria, posteriormente, transformada no “Banco Irmãos Guimarães». Uma outra filha,

casou com um dos sobrinhos do benemérito povoense António Ferreira Lopes, Arlindo Lopes, ligando ambas as famílias. Em 1931, Francisco Antunes de Oliveira Guimarães dotou a sua freguesia de Santo Emilião com uma belíssima e moderna escola primária, que equipou com os mais modernos materiais escolares. Foi Presidente da Câmara entre Agosto e Dezembro de 1926. Foi um dos testamentários de António Ferreira Lopes e, nessa qualidade, um dos fundadores da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. Francisco Antunes de Oliveira Guimarães viria a falecer aos 78 anos, de broncopneumonia, pelas 23 horas do dia 8 de Maio de 1937.

# 1926



EM 1926, ASCENDE AO CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA O CIDADÃO **ALMENO DÍDACO LEITE** DA COSTA E BRITO, À ÉPOCA ESCRIVÃO NO TRIBUNAL DA PÓVOA DE LANHOSO. O CONCELHO ESTÁ PRESTES A ENTRAR NUM DOS PERÍODOS POLÍTICOS MAIS CONTURBADOS DA SUA HISTÓRIA.

# 1929

# 1931



EM 1929 É PRESIDENTE DA CÂMARA O MÉDICO **CUSTÓDIO ANTÓNIO DA SILVA**. É SOB A PRESIDÊNCIA DESTE MÉDICO, QUERIDO DOS POVOENSES POBRES A QUEM PRESTAVA MUITAS VEZES ASSISTÊNCIA CLÍNICA GRATUITAMENTE, QUE VAI SER FEITO UM PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA, TENDENTE A MELHORAMENTOS PROPORCIONADOS PELO LEGADO DO BENEMÉRITO ANTÓNIO LOPES. .



## Custódio Silva

Nasceu na freguesia de Friande, a 15 de Abril de 1897, tendo falecido na Póvoa de Lanhoso em 23 de Agosto de 1958. Licenciado em medicina, passou a exercer clínica na Vila da Póvoa, onde granjeou enorme prestígio profissional e especialmente como humanista. Casou com D. Sibilina de Jesus Torres da Costa (1913-1978) e, depois de habitar alguns anos numa pensão local, viria a adquirir a belíssima vivenda «Vila Aida», no lugar de São Pedro. Foi um dos políticos mais aguerridos dos finais da 1.ª República.





# Almeno Brito

Natural da freguesia de Serzedelo (Póvoa de Lanhoso) e escritor no Tribunal da Póvoa de Lanhoso, foi presidente da Câmara já em plena Ditadura Militar.

Almeno Dídaco leite da Costa e Brito, nasceu em 1879 e faleceu a 12 de Outubro de 1928.

Mas o plano, proposto pelo vereador João Antunes Pardelho, embora executado por um arquitecto do Porto, não chega a ser colocado em marcha.

Divergências políticas, surgidas pouco tempo antes entre dois grupos rivais, e que têm epicentro no interior do Hospital António Lopes por causa dos salários dos médicos que ali prestam serviços, irão afastar o Dr. Custódio Silva da presidência da Câmara, sendo substituído pelo vice-presidente Abílio José da Silva Campos.

Este vem a ser um dos executivos mais problemáticos de sempre da política autárquica povoense, pois, um a um, todos os

outros elementos se vão demitindo, sendo substituídos por vereadores nomeados pelo governo civil de Braga.

Adriano Martins, o primeiro administrador do concelho depois da Implantação da República, e durante os dezasseis anos que se lhe seguiram líder do Partido Democrático de Afonso Costa, é atacado publicamente por antigos correligionários que o acusam de ter passado para o campo oposto.

É na sequência deste desentendimento que na Póvoa de Lanhoso se organiza uma «imponentíssima homenagem» a este médico a qual, para além de alguns antigos

Democráticos, integra praticamente todos os simpatizantes das ideias de um homem que, embora seja ainda e apenas, ministro das Finanças, é já olhado como um líder que «vai salvar Portugal»: António Oliveira Salazar.

À frente desta manifestação de desagravo a Adriano Martins, encontram-se dois homens que irão unir-se, até ao completo domínio da política local: um deles, Manuel Sá, é chefe da secretaria da Câmara; o outro é o pároco da Senhora do Amparo, José António Dias.

Foi Presidente da Câmara entre 20 de Junho de 1929 e 24 de Janeiro de 1931. A partir desta data, envolveu-se em grandes polémicas, a primeira das quais teve como alvo o seu antigo correligionário do Partido Democrático, Dr. Adriano Martins, por causa do elevado salário que este auferia como médico da Santa Casa da Misericórdia. Posteriormente, viria a tornar-se num dos mais acérrimos opositores ao Estado Novo e aos seus representantes locais, tendo, por isso, sido perseguido e preso.

A memória oral conta sobre ele grandes façanhas, como a de, ao longo de algumas semanas, quando era procurado para ser detido, se ter escondido e dormido em jazigos de alguns cemitérios do concelho.

Enquanto médico, ganhou a admiração do povo de todo o concelho, pela forma como tratava os doentes pobres, a quem não cobrava consultas e a quem ainda fornecia gratuitamente remédios.

Na década de 1990, o município atribuiu o seu nome a uma rua da Vila..

**Júlio Augusto Ferreira Sampaio**

ATÉ OUTUBRO DE 1910



**Adriano Vieira Martins**

OUTUBRO DE 1910 ATÉ JUNHO DE 1913

JÚLIO CELESTINO DA SILVA O ADMINISTRADOR SUBSTITUTO



**Álvaro Ferreira Guimarães**

ATÉ MARÇO DE 1914



**Adriano Vieira Martins**

ATÉ AGOSTO DE 1915



**Álvaro Ferreira Guimarães**

ATÉ DEZEMBRO DE 1917



**Manuel Alexandre Pereira**

1918



**Francisco José Mota**

**Ribeiro de Oliveira**

JANEIRO DE 1919



**Adriano Carlos Simões**

**Velloso d' Almeida**

DE FEVEREIRO DE 1919 A 1921



**Manuel Alexandre Pereira**

DE 1922 A MAIO DE 1926



**Afonso Ferreira Botelho**

EM SETEMBRO DE 1926 COMO ADMINISTRADOR INTERINO E A PARTIR DE 1928 COMO  
ADMINISTRADOR DO CONCELHO



EM 1931, **MANUEL JOSÉ DE SÁ É NOMEADO PRESIDENTE DA CÂMARA**. NATURAL DA FREGUESIA DE GARFE E FIGURA INFLUENTE NO CONCELHO, MANUEL JOSÉ DE SÁ IRÁ DESBRAVAR CAMINHO JUNTO DAS ELITES PARA QUE O PÁROCO DA VILA VENHA A SER O SEU SUBSTITUTO. O PADRE JOSÉ ANTÓNIO DIAS, COM UMA VONTADE FÉRREA DE SE AFIRMAR NA POLÍTICA E COM A APROXIMAÇÃO A VÁRIAS DAS FIGURAS MAIS INFLUENTES DA VILA, E TENDO AINDA FORTES LIGAÇÕES AO GRUPO QUE, EM LISBOA, RODEAVA SALAZAR, VIRIA A TORNAR-SE, RAPIDAMENTE, O LÍDER INCONTESTADO DO REGIME QUE, DESDE 1930, SE VINHA DESENHANDO EM PORTUGAL SOB ORIENTAÇÃO DO DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR.



MANUEL JOSÉ DE SÁ, À FRENTE  
DO PE. JOSÉ ANTÓNIO DIAS,  
NA HOMENAGEM AO  
DR. ADRIANO MARTINS (1931)

A PARTIR DE 1933, COM A APROVAÇÃO DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO, PORTUGAL ESTAVA DEFINITIVAMENTE MERGULHADO NO «ESTADO NOVO», A DITADURA QUE APENAS SERIA DEPOSTA EM 25 DE ABRIL DE 1974.

FIGURA DE PROA DO «ESTADO NOVO» NA PÓVOA DE LANHOSO, O PADRE JOSÉ DIAS VIRIA A TORNAR-SE, A PARTIR DE 1934, PRESIDENTE DA CÂMARA OCUPANDO O CARGO AO LONGO DE VÁRIOS MANDATOS.



# Figuras da 1.<sup>a</sup> República na Póvoa de Lanhoso



## Albino Bastos

*Albino Osório de Carvalho Bastos nasceu na Póvoa de Lanhoso na década de 1860, sendo o filho mais velho do comerciante João António de Carvalho Bastos e de sua esposa, D. Joaquina Rosa Pereira. Fez a instrução primária na Vila da Póvoa, seguindo depois para Braga onde frequentou estudos secundários. Cansado da vida de estudante, regressou à Póvoa de Lanhoso onde foi comerciante e onde, com Gonçalo Sampaio, fundou o jornal «Folha Democrática».*

Foi ainda fundador e director da segunda série do jornal «O Castelo de Lanhoso» e director-adjunto do semanário «Maria da Fonte». Foi uma das primeiras e mais expressivas vozes concelhias a defender a República. Autor de um conjunto de livros de poesia, não viria a ter, contudo, grande sorte como comerciante. Após a falência da sua casa comercial, nos inícios da primeira década do século XX, emigrou para o Rio de Janeiro onde acabou por se formar em Direito, tendo exercido advocacia naquela cidade e mais tarde em S. Paulo. Continuou, contudo, a enviar os seus textos para publicação no hebdomadário «Maria da Fonte». Morreu no Brasil. Era pai do escritor e poeta Dário Bastos, que, num dos seus livros, conta como viveu, quando aluno da escola primária da Vila da Póvoa, a Implantação da República em Portugal.



## José Bastos

*Irmão mais jovem de Albino Bastos, nasceu na Póvoa de Lanhoso em 1870. Estudou em Braga, mas, contrariamente ao que era desejo de seus pais, não prosseguiu estudos universitários. Regressou à sua terra, onde foi comerciante e, mais tarde, solicitador, antes de seguir a carreira de escrivão de direito em concelhos como Vieira do Minho, Esposende e Cabeceiras de Basto.*

*Ainda estudante do Liceu de Braga, foi destacado militante do Partido Republicano, tendo sido um dos redactores principais do semanário «Alma Nova — Semanário Académico Republicano», com sede em Braga.*

Foi jornalista e escritor. Na sua terra, fundou e dirigiu vários jornais, tendo sido autor de um conjunto de livros, de entre os quais se destaca a monografia «No Coração do Minho: a Póvoa de Lanhoso histórica e ilustrada». Foi, talvez, o poveense mais acérrimo defensor da República em tempos de Monarquia. Foi a figura escolhida para proferir o discurso de fundo aquando da tomada de posse do primeiro administrador do concelho após a Implantação da República. Mais tarde, desiluiu-se com o caminho seguido por vários dos seus correligionários, que acusou de traição aos princípios republicanos e democráticos. Foi um dos maiores estudiosos locais da história da Revolução da Maria da Fonte. Morreu na Póvoa de Lanhoso em 1947.



# Figuras da 1.<sup>a</sup> República na Póvoa de Lanhoso



Abílio  
Areias

*Natural da Quinta de Couço de Louredo (Póvoa de Lanhoso), Abílio Areias era filho de António Vilela Areias e de sua esposa e neto do Conselheiro António Clemente de Sousa Geão, uma das grandes figuras políticas deste concelho no século XIX. Fez a instrução básica em casa, seguindo depois para Braga, em cujo Liceu concluiu os «preparatórios». Dali seguiu para o Porto, onde, na Escola Médica do Porto, se formaria em medicina no ano de 1901. Terminado o curso, quis voltar para a sua terra.*

Casou com D. Gertrudes Vieira Ramalho, senhora natural de Vieira do Minho, passando a habitar na freguesia de Campo. Foi facultativo municipal, foi subdelegado de saúde, mas foi, sobretudo, um clínico sempre ao serviços dos doentes pobres. Amigo pessoal do Dr. Manuel Monteiro (primeiro governador civil de Braga nomeado pelo governo provisório da República), Abílio Areias foi o escolhido para ser o primeiro Administrador do Concelho da Póvoa de Lanhoso após a Implantação da República. No entanto, dado exercer o cargo de médico municipal, a sua prestação política foi dada como incompatível com as funções que iria desempenhar. Não chegou a tomar posse, tendo sido substituído pelo também médico Adriano Vieira Martins. A partir dessa data, Abílio Areias passa a dedicar-se exclusivamente à medicina. Foi o mérito mais importante para que a abertura do Hospital António Lopes tivesse sucesso.

Faleceu de um ataque cerebral, quando trabalhava no seu consultório, na vila, no dia 23 de Maio de 1927.



Júlio  
Silva

*Nasceu em Braga a 27 de Julho de 1883, filho de um professor do Liceu da cidade. Na cidade dos Arcebispos fez a instrução básica e frequentou o Liceu, partindo, depois, para Angola, onde se manteve por pouco tempo. Em Julho de 1909 tomou por trespasse a «Loja Central», no coração da Póvoa de Lanhoso, onde viria a fixar residência. A 2 de Outubro do mesmo ano casou, na igreja de S. João de Rei, com D. Virgínia das Dores Simões Veloso de Almeida, oriunda da Casa do Ribeiro.*

Um ano depois, a 11 de Outubro de 1910, foi nomeado vereador da primeira comissão administrativa municipal em República, e eleito pelos seus pares vice-presidente da Câmara e vice-administrador do Concelho. Nos dois anos seguintes, dadas as limitações que a actividade clínica impunha ao Dr. Adriano Martins, Júlio Celestino da Silva desempenharia de facto as funções de administrador e muitas vezes as de Presidente da Câmara.

Continuando a desempenhar funções políticas até Janeiro de 1914, Júlio Celestino envolveu-se, a partir de 1912, na reorganização da Corporação dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, dos quais foi segundo comandante até à morte, «fruto da terrível Pneumónica», em 10 de Outubro de 1918. Era genro de João José Simões Veloso de Almeida, Presidente da Câmara entre 1914 e 1918, e cunhado de Adriano Carlos Simões Veloso de Almeida, Presidente do mesmo órgão em 1919.

# Figuras da 1.<sup>a</sup> República na Póvoa de Lanhoso



Gonçalo  
Sampaio



Pe. Júlio  
Sampaio

*Tendo-se afirmado como um dos mais notáveis povoenses de sempre, Gonçalo António da Silva Ferreira Sampaio teve um percurso político controverso, como iremos ver. Nasceu em S. Gens de Calvos, em 1865, filho de D. Libânia da Conceição Ferreira Sampaio, oriunda da Casa da Botica daquela freguesia, e do Padre Gonçalo António da Silva, fez os «preparatórios» em Braga, tendo depois frequentado a Universidade de Coimbra e a Academia Politénica do Porto.*

Não tendo concluído curso algum, chegou a ser funcionário da Academia Politénica como naturalista-adjunto, mas, as suas aptidões eram tais que, em 1912, viria a ser contratado como professor da Faculdade de Ciências do Porto.

Os seus estudos sobre Botânica transformaram-no não só numa entidade mundialmente respeitada, como, em poucos anos, lhe garantiram o acesso à Cadeira. Foi também, em paralelo, um notável investigador da etnografia musical portuguesa, especialmente da Minhot. Publicou centenas de livros e opúsculos, não só sobre botânica, mas, também, sobre Folclore. Em termos políticos, Gonçalo Sampaio começou, ainda estudante em Braga, por ser um fervoroso republicano. Mostram-nos os textos que, nas décadas de 1880 e 1890, publicou no semanário povoense «Folha Democrática», que fundou em

parceria com Albino Bastos e do qual era redator principal. «É necessário correr com estes malandros [os Braganças], é necessário estabelecer um governo económico, é necessário implantar a república em Portugal», escrevia em 1888. Contudo, com o passar dos anos, mudou radicalmente as suas opções políticas: em 1906 era apoiante de João Franco e do Partido Regenerador-Liberal, em 1908 director do diário regenerador-liberal «O Nacional» e, em 1919, foi um dos mais empenhados apoiantes de Paiva Couceiro e da «Monarquia do Norte». Após o fracasso desta tentativa de reposição monárquica, chegou a ser detido por ter participado pelo lado dos Monárquicos nos acontecimentos que ocorreram em praticamente todo o norte do país em Janeiro e Fevereiro de 1919. Gonçalo Sampaio faleceu no Porto em 28 de Julho de 1937.

*Júlio Augusto Ferreira Sampaio, de seu nome completo, nasceu na freguesia de S. Gens de Calvos a 20 de Dezembro de 1871. Era filho de D. Arminda da Anunciação Ferreira Sampaio, oriunda da família da Casa da Botica daquela freguesia, e de pai incógnito.*

Ordenou-se sacerdote nos Seminários de Braga, vindo logo depois assumir a chefia da sua paróquia natal. Vindo de uma família de simpatias monárquicas — apenas, em jovem, foi simpatizante republicano seu primo Gonçalo Sampaio — militou no Partido Regenerador, o mais conservador dos dois grandes partidos monárquicos de então. Ainda não tinha trinta anos quando foi eleito vereador da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, tornando-se a partir de então, num dos rostos mais visíveis dos Progressistas no concelho, liderados pelo Dr. Lisboa. Foi administrador do Concelho da Póvoa de Lanhoso por várias vezes entre 1908 e 1910, sendo o detentor do cargo quando, no dia 5 de Outubro de 1910, a República foi implantada em Portugal. No dia 11 do mesmo mês e ano, esteve presente na passagem de testemunho ao novo administrador do concelho, Adriano Vieira Martins, tendo proferido breves, mas dignas palavras: "(...) Neste momento histórico preciso frisar bem que se ontem combatia com lealdade ao lado da monarquia, que baqueou, hoje, em face do novo regime, diante do qual me curvo respeitosamente, se ele procurar a integridade e bem-estar da pátria e não hostilizar a religião de que sou ministro, não ponho dúvida em exclamar: bem-vindo seja esse regime, viva a república portuguesa!". A partir desta data afastou-se da política activa, dedicando-se por inteiro à paróquia de S. Gens de Calvos, onde viria a falecer, de doença prolongada, com apenas 42 anos de idade, no dia 31 de Maio de 1914.





# Figuras da 1.<sup>a</sup> República na Póvoa de Lanhoso



João  
Carvalho

*Nascido na freguesia da Sé, em Braga, em 1873, João Carvalho chegou à Póvoa de Lanhoso em 1901, como empregado do jornal «Maria da Fonte». Foi um dos primeiros homens assumidamente de esquerda que se instalou na vila. Simpatizante dos ideais comunistas, era também, carinhosamente, chamado de «Camaradinha»..*

Foi amigo de todos os homens de esquerda que, na terra, passaram pela política e, quando mais tarde, conseguiu comprar e tornar-se dono do jornal para onde viera trabalhar como tipógrafo, colocou-o sempre ao serviço desse grupo de amigos.

Foi preso durante o Sidonismo, e voltou a sê-lo por mais de uma vez na vigência do Estado Novo, que combatia ferozmente. Sob a sua alçada, o «Maria da Fonte» assumiu o papel de jornal da oposição ao Estado Novo, em confronto com o jornal «Póvoa de Lanhoso» que servia os interesses dos apoiantes do Doutor Oliveira Salazar. Em 1950 entregou os destinos do jornal a seu filho Armando Eurico de Carvalho. João Carvalho viria a falecer na Póvoa de Lanhoso a 20 de Março de 1962.



Alfredo  
Ribeiro

*Natural de Vieira do Minho, onde nasceu a 11 de Fevereiro de 1867,*

*Alfredo Ribeiro chegou à Póvoa de Lanhoso com um curso de Direito e muita vontade de ser alguém. Casou com D. Elvira Amália Geão Areias, oriunda de uma das mais influentes famílias locais e foi, em cumulação de funções advogado e notário.*

*Foi uma das mais influentes figuras de toda a primeira metade do século XX poveense. .*

Como advogado, teve sempre a melhor clientela, desde os mais sonantes capitalistas às causas oficiais. Como homem público, esteve envolvido na vida de quase todas as instituições poveenses. Durante mais de uma década foi director do semanário «Maria da Fonte», sendo, sob sua direcção, que o jornal passou de monárquico—progressista a apoiante da República.

A partir de 1910, a sua influência aumentou significativamente. Tentou sempre manter-se fora da política activa, mas acabou por integrar, com o cargo de vice-presidente, a Câmara Municipal que governou o Concelho entre 27 de Agosto e 10 de Dezembro de 1926, em plena afirmação da Ditadura Militar imposta pelo golpe de 28 de Maio de 1926. Afastado poucos meses depois de ter aceite o cargo, não mais voltou à política, mas foi até ao fim dos seus dias, em 19 de Julho de 1951, o advogado da Câmara.

Alfredo Ribeiro foi pai de uma pléiade de grandes poveenses, de entre os quais se destacam pelas funções públicas que viriam a assumir: António

Belarmino (vereador da Câmara), Armando Gonçalves (benemérito), Abílio Hernani (Provedor da Misericórdia durante cerca de duas décadas) e José Joaquim Teixeira Ribeiro (Professor e Reitor da Universidade de Coimbra e Vice-Primeiro Ministro de Portugal).

# Presidentes da Câmara Municipal na Póvoa de Lanhoso (1.<sup>a</sup> República)



Presidente da Câmara em funções em 05 de Outubro de 1910 (aquando a Implantação da República)

## Álvaro Guimarães

Natural da freguesia de S. Sebastião, concelho de Guimarães, onde nasceu a 15 de Maio de 1863, veio para a Póvoa de Lanhoso ainda jovem, onde fundou uma casa comercial com o seu nome. Casou nesta Vila com D. Rosa Hermínia Barbosa Castro, irmã do benemérito povoense José Joaquim Barbosa e Castro, Senhor da Casa da Botica, mas não teve filhos.

Tendo enriquecido na actividade comercial, tornou-se figura de proa da sociedade povoense, tendo estado ligado à fundação de várias instituições locais, do Clube Povoense ao jornal «Maria da Fonte», passando pela Banda dos Bombeiros, pela Confraria do Pilar, pela Tuna Povoense ou pela Santa Casa da Misericórdia. Foi vereador, vice-presidente e **presidente da Câmara Municipal, cargo que ocupava aquando do «5 de Outubro»**. Mas as mudanças não o afastaram da política, pois transitou de imediato para a nova Câmara republicana, chegando a ocupar, de novo, o cargo de vice-presidente. Viúvo em 1928, acabou por falecer na Vila da Póvoa no dia 15 de Maio de 1934.

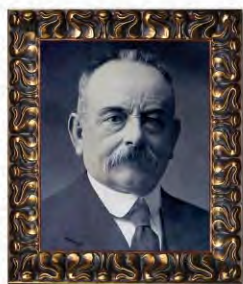


Presidente da Câmara em funções entre 1910 e 1914

## Adriano Martins

Nascido na freguesia de Fontarcada do concelho da Póvoa de Lanhoso em 1875, Adriano Vieira Martins fez a instrução primária na vila. Em Braga, concluiu os «preparatórios», seguindo depois para Coimbra, em cuja Universidade se formou em medicina. Concluída a licenciatura, em 1903, regressou à terra natal, onde exerceu a sua profissão.

**Foi o primeiro administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso após a implantação da República** (exercendo funções de Presidente da Câmara até às primeiras eleições após a implantação da república em 1913). Foi também Presidente da Câmara de 2 de Janeiro a 26 de Janeiro de 1918. Voltou a desempenhar o cargo de Presidente da Câmara entre 9 de Janeiro a 16 de Junho de 1926. Foi líder do Partido Republicano durante toda a 1.<sup>a</sup> República.



Presidente da Câmara em funções entre 1914 e 1918

## João Almeida

Natural de S. Mamede de Gondariz, concelho de Terras de Bouro, filho de António Vicente Simões e de D. Maria Rosa Velloso de Almeida, viria a casar-se com D. Rita Joaquina de Almeida, proprietária da Casa do Ribeiro.

O casal teve vários filhos, alguns dos quais iriam ter papel de relevo durante a 1.<sup>a</sup> República. João José Simões Velloso de Almeida foi **presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso entre 1914 (eleito nas primeiras eleições autárquicas após a implantação) e 1918**.



# Presidentes da Câmara Municipal na Póvoa de Lanhoso (1.<sup>a</sup> República)



Presidente da Câmara em funções entre Janeiro a Setembro de 1918

## Manuel Vieira

Natural da freguesia de Verim, onde nasceu na Casa da Pedreira, formou-se em Farmácia no Porto. Regressado à Póvoa de Lanhoso, adquiriu uma farmácia já existente, mudando-lhe o nome para «Farmácia Matos Vieira», que fez crescer e dirigiu até à morte. Simpatizante da monarquia, **foi Presidente da Câmara entre 26 de Janeiro e 16 de Setembro de 1918**, tendo feito a transição do Sidonismo para o período intitulado «Monarquia do Norte».



Presidente da Câmara em funções entre Setembro de 1918 a Fevereiro de 1919

## Alberto Vieira

Natural da freguesia povoense de Águas Santas, onde era proprietário, foi vereador eleito pelo Partido Progressista antes da implantação da República. Era monárquico assu-mido e, nessa condição, participou numa reunião que teve lugar na Casa da Botica da Póvoa de Lanhoso em Maio de 1915, na qual estiveram presentes, entre outros, o Conde de Carcavelos, o Visconde do Olival, António Joaquim de Matos, Domingos Soares, Francisco de Faria Tinoco, Alfredo Perdigão, José Maria da Costa Araújo e o Padre Alberto Monteiro. Dessa reunião resultou a escolha de uma comissão monárquica concelhia, que Alberto Carlos Vieira integrava. Foi Presidente da Câmara Municipal entre 1918 e 1919.



Presidente da Câmara em funções em 1919

## Adriano Almeida

Adriano Carlos Simões Veloso de Almeida – Nasceu na Casa do Ribeiro em São João de Rei, em 13 de Novembro de 1879, tendo falecido em Braga no dia 17 de Outubro de 1938. Licenciado em Direito, foi Professor, Advogado e Conservador do Registo Civil e Predial. Foi empossado **presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso na sequência do fracasso da «Monarquia do Norte»**.

# Presidentes da Câmara Municipal na Póvoa de Lanhoso (1.<sup>a</sup> República)



Presidente da Câmara em funções entre 1919 e 1926

## Delfim Rodrigues

Natural de Gerás do Minho, era proprietário da Quinta de Infesta, na mesma freguesia.

**Foi presidente da Câmara Municipal entre 1919 e 1926** depois de ter sido vereador nos executivos empossados em 1916, 1917 e 1918.



Presidente da Câmara em funções em 1926

## Cyrilo Cruz

Nasceu na freguesia de São Martinho de Campo (Póvoa de Lanhoso), em 1871, filho de Manuel Ferreira, natural de Santo Emilião, e de Ana Maria Gonçalves, de Campo.

Sobrinho de Domingos Gonçalves da Cruz, que se havia instalado na Vila da Póvoa com um estabelecimento que começou por ser uma sapataria e que, com o passar das décadas, viria a transformar-se na maior casa comercial do concelho, dada a evolução nas vendas de produtos destinados à agricultura que iam das redes aos pregos, aos arames, às sacholas e albiões, acabou por se tornar seu herdeiro, substituindo-o à frente da grande casa comercial que, sob sua orientação, se tornaria ainda maior e viria a ter o seu nome: «Casa Cyrilo». Em 25 de Junho de 1898 casou com Amélia da Natividade de Carvalho Bastos, filha do comerciante local António de Carvalho Bastos, da qual viria a divorciar-se por sentença de 13 de Dezembro de 1911, naquele que foi o primeiro divórcio ocorrido na Póvoa de Lanhoso. Foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal ainda em tempos da Monarquia, continuando depois da implantação da República a desempenhar cargos políticos. Foi **presidente da Câmara em 1926**, voltando a ser vice-presidente em 1937, cargo que exercia quando faleceu com uma crise de diabetes em 2 de Abril desse ano.



Presidente da Câmara em funções entre Agosto a Dezembro de 1926

## Francisco Guimarães

Nasceu em Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), no seio de uma família de medianos proprietários agrícolas. Concluída a instrução primária, e a exemplo do que acontecia então com milhares de outros jovens portugueses, partiu para o Brasil, com seu irmão Adolfo, onde se afirmou numa vida comercial de sucesso. Aos 18 anos, em parceria com seu irmão, abriu uma casa de lotarias a que chamou “A Esquina da Sorte”. Anos depois, o irmão regressou já suficientemente remediado a Portugal, mas Francisco Guimarães escolheu ficar, transformando a casa de jogos numa casa bancária.



# Presidentes da Câmara Municipal na Póvoa de Lanhoso (1.<sup>a</sup> República)



Presidente da Câmara em funções  
entre 1926 e 1929

## Almeno Brito

Nos finais do século XIX voltou à terra natal, onde casou com D. Beatriz Freitas. Para ela começou a construir a belíssima Casa da Villa Beatriz (Santo Emilião), mas ficou viúvo antes «do castelo» ter ficado concluído, em 1904. Embora residindo a maior parte do ano em Portugal, Francisco Guimarães manteve os negócios no Brasil. Viúvo, Francisco Guimarães voltaria a casar-se, desta vez com uma senhora da freguesia de S. Martinho de Campo, D. Rosa de Macedo. Teve vários filhos deste segundo casamento, tendo-se destacado, por terem emigrado e dado continuidade à casa bancária do pai no Rio de Janeiro, os irmãos David e Francisco Guimarães. Esta casa bancária seria, posteriormente, transformada no “Banco Irmãos Guimarães». Uma outra filha, casou com um dos sobrinhos do benemérito poveense António Ferreira Lopes, Arlindo Lopes, ligando ambas as famílias. Em 1931, Francisco Antunes de Oliveira Guimarães dotou a sua freguesia de Santo Emilião com uma belíssima e moderna escola primária, que equipou com os mais modernos materiais escolares. Foi **Presidente da Câmara no ano de 1926**. Foi um dos testamenteiros de António Ferreira Lopes e, nessa qualidade, um dos fundadores da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. Francisco Antunes de Oliveira Guimarães viria a falecer aos 78 anos, de broncopneumonia, pelas 23 horas do dia 8 de Maio de 1937

Natural da freguesia de Serzedelo (Póvoa de Lanhoso) e escrivão no Tribunal da Póvoa de Lanhoso, foi presidente da Câmara já em plena Ditadura Militar.

Almeno Didaco Leite da Costa e Brito, nasceu em 1879 e faleceu a 12 de Outubro de 1928.



Presidente da Câmara em funções  
entre 1929 e 1931

## Custódio Silva

Nasceu na freguesia de Friande, a 15 de Abril de 1897, tendo falecido na Póvoa de Lanhoso em 23 de Agosto de 1958. Licenciado em medicina, passou a exercer clínica na Vila da Póvoa, onde granjeou enorme prestígio profissional, especialmente como humanista. Casou com D. Sibilina de Jesus Torres da Costa (1913-1978), e, depois de habitar alguns anos numa pensão local, viria a adquirir a belíssima vivenda «Vila Aida», no lugar de São Pedro. Foi um dos políticos mais aguerridos dos finais da 1.<sup>a</sup> República.

Foi presidente da Câmara entre 20 de Junho de 1929 e 24 de Janeiro de 1931. A partir desta data, envolveu-se em grandes polémicas, a primeira das quais teve como alvo o seu antigo correligionário do Partido Democrático, Dr. Adriano Martins, por causa do elevado salário que este auferia como médico da Santa Casa da Misericórdia. Posteriormente, viria a tornar-se num dos mais acérrimos opositores ao Estado Novo e aos seus representantes locais, tendo, por isso, sido perseguido e preso. A memória oral conta sobre ele grandes façanhas, como a de, ao longo de algumas semanas, quando era procurado para ser detido, se ter escondido e dormido em jazigos de alguns cemitérios do concelho. Enquanto médico, ganhou a admiração do povo de todo o concelho, pela forma como tratava os doentes pobres, a quem não cobrava consultas e a quem ainda fornecia gratuitamente remédios. Na década de 1990, o município atribuiu o seu nome a uma rua da Vila.

